

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002994-13.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **GIOVANE GOMES LOURENÇO**
 Requerido: **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****VISTOS.**

GIOVANE GOMES LOURENÇO ajuizou a presente **ação ACIDENTÁRIA** em face de **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, todos devidamente qualificados nos autos.

O autor alega na exordial que em meados de fevereiro de 2015 sofreu um acidente ao manusear uma “serra circular” e acabou perdendo o dedo polegar da mão esquerda. Aduz que lhe foi deferido auxílio doença e por estar parcial e permanentemente incapacitado para o trabalho, pediu que o réu seja condenado a conceder o benefício acidentário definitivo no percentual de 50%. A inicial veio instruída por documentos.

Nomeado perito e facultado às partes o oferecimento de quesitos.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação alegando que o fato narrado na inicial não se enquadra como acidente de trabalho e que o segurado autônomo não tem direito a tal benefício. Requereu a improcedência da demanda.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sobreveio réplica às fls. 106/113.

Laudo pericial carreado às fls. 85/87.

O autor foi intimado a trazer comprovantes de recolhimento do INSS e juntou documentos às fls. 149/157.

É o **RELATÓRIO**.

Decido.

O autor sustenta que utilizando uma serra circular para consertar o “telhado de residência” (textual fls. 02) perdeu os movimentos do dedo polegar esquerdo.

Argumenta que lhe foi deferido benefício de auxílio doença pelo INSS e que mesmo após a alta médica, concedida indevidamente, continua sem ter condições de trabalhar.

Vem a juízo pleiteando a concessão do “auxílio **acidente**”, no percentual de 50% do salário do benefício.

A prova amealhada indica que a súplica inicial não tem como prosperar.

A definição de “acidente de trabalho” é trazida pelo artigo 19 da Lei 8.213/91, *in verbis*: “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho” (grifei).

Já o “auxílio acidente”, segundo o art. 18, parágrafo § 1º cc art. 11, I, VI e VII, da Lei 8.231/91 é deferido ao empregado, trabalhador avulso e segurado especial.

O autor foi intimado a trazer aos autos comprovantes de recolhimento do INSS e documento discriminando a categoria em que se encontrava, mas apenas juntou cópia de sua **carteira de trabalho que, a propósito, aponta ausência de registro desde 14/07/2014** (fls. 152).

Ou seja, ainda que o autor esteja concretizando recolhimentos mensais, só pode ser enquadrado na categoria de **contribuinte individual**, não fazendo jus, portanto, aos benefícios de índole acidentária.

A propósito:

Acidentária – Acidente típico sofrido por trabalhador autônomo – ausência de previsão legal para a concessão de benefício acidentário – carência da ação (TJSP, 16ª Câ. de Direito Público, Apel. 552.586 – Rel. Des. Luiz de Lorenzi).

E ainda:

Ementa: Auxílio-acidente – Lesões na mão esquerda – Acidente típico – Não comprovação da sua ocorrência – Ônus de prova do autor – Obreiro que era trabalhador autônomo na data em que ocorreu o suposto infortúnio – Reparação infortunistica indevida – Tutela antecipada revogada, com devolução dos valores recebidos – Recurso oficial provido para julgar a ação improcedente (TJSP, Reexame Necessário 4012061-31.2013.8.26.0562, Rel. Afonso Celso da Silva, DJ 21/02/2017).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Como se tal não bastasse na inicial não veio narrado um acidente no exercício de qualquer trabalho, cabendo ainda ressaltar que na consulta com o louvado oficial o autor se referiu a um “acidente doméstico” (fls. 87).

Imperioso, portanto, reconhecer a improcedência do pleito.

Aliás, a confusão entre benefícios previdenciários e acidentários é comum, pois afinal eles têm o mesmo nome, embora sejam distintos. Na obra “Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais”, Antônio Lopes Monteiro e Roberto Fleury de Souza Bertagni (Editora Saraiva, 4ª edição, p. 22) esclarecem quem são os segurados obrigatórios – da previdência -, mas que não são protegidos pela legislação infortunistica, dentre eles, os empregados domésticos, aos quais se equiparam os motoristas e jardineiros, bem como os autônomos – hoje individuais -, como no caso dos autos.

Dessa forma, a questão deve ser discutida em termos previdenciários e não acidentários.

Assim, não comprovado que a sequela decorreu de acidente de trabalho, não há como acolher a súplica do autor, ou seja, é de negar a ele qualquer benefício infortunistico restando a concessão de eventual outro benefício a que fizer jus para ser buscado perante a Justiça Federal.

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenando o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 940,00 e com os honorários do perito, desembolsados pelo INSS. Entretanto, deve ser observado o disposto no artigo 98, parágrafo 3º, do CPC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos de modo definitivo.

P.R.I.

São Carlos, 06 de março de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**